

## Defender a educação inclusiva

---

**Acreditamos que a experiência de uma 'escola para todos e para cada um', é a primeira e decisiva experiência de inclusão e de prevenção da exclusão (...) Voltar a dividir a escola em termos de alunos 'normais' e alunos 'deficientes' não é certamente um princípio inclusivo...**

É incontornável falar do discurso que o Presidente da República proferiu no passado dia 25 de Abril na Assembleia da República. No mesmo dia em que alguns membros do Fórum de Estudos de Educação Inclusiva (FEEI) desceram a Avenida da Liberdade com uma faixa onde se lia 'Educação Inclusiva: por uma escola sem exclusão?' (ver foto), o primeiro magistrado da nação dedicou o seu discurso (que segundo alguns analistas teria um carácter programático sobre as preocupações do seu mandato) à Inclusão Social.

Vários aspectos conducentes à exclusão foram realçados pelo Presidente: a crise do mundo rural, o envelhecimento, a pobreza e sobretudo a desigualdade. A desigualdade associa-se (é bom ouvir o PR a confirmá-lo) à pobreza dos países. É por isso que Portugal, sendo dos países mais pobres da UE é o que apresenta maior desigualdade na distribuição de rendimentos. A Exclusão 'definida pelo Presidente como 'a dimensão de não pertença' é pois fruto de uma rede complexa de factores onde avulta a desigualdade.

Mas gostaríamos de chamar a atenção para a ausência no discurso presidencial de referência à Educação como factor de inclusão e de exclusão. Não tendo sido citada a Educação como primeira e decisiva experiência de inclusão parece que o discurso fica incompleto. Se a desigualdade de acesso e de sucesso começa por ficar restringida na escola, no ensino básico, que se quer universal gratuito e laico, se as diferenças económicas e culturais impõem desde as primeiras idades vias separadas e que nunca se encontram então como poderemos lutar contra a exclusão que inevitavelmente vai surgir mais adiante?

É certo, que não vão bons os tempos para a Educação Inclusiva em Portugal; mas talvez por isso mesmo ela mais precise de ser defendida.

As recentes alterações no modelo de apoio a alunos com dificuldades leva-nos a perguntar se ainda é política do Governo a Educação Inclusiva. O recentemente criado quadro de Educação Especial levanta algumas perplexidades: antes de mais a precipitação com que foi lançado (desde as habilitações que lhe davam acesso - lembramos que houve 4 anexos correctores e ainda não está bem?). Existem ainda múltiplos factores que levam a crer que os alunos com dificuldades mas sem deficiência ficam sem apoio na escola. Ainda a incredulidade de eventualmente serem educadores de infância a apoiar alunos no ensino secundário. Aparentemente foi feito um erro básico de apreciação, ao considerar que (talvez) o facto de se colocar um docente de Educação Especial na escola poderia ser análogo à colocação do Special Educational Needs Coordinator (SENCO) nas escolas do Reino Unido. Nada mais errado: no Reino Unido o SENCO coordena o apoio de todos os alunos com dificuldades sem categorização, dispondo para isso de serviços de segunda linha. Recentemente ainda o Ministério da Educação organizou uma conferência sobre Educação Especial dando realce, em lugar dos modelos de apoio que se pretendiam implementar, a assuntos como as Novas Tecnologias na EE. Parece que a EI colocada no centro do nosso sistema educativo quando Portugal assinou em Salamanca a Declaração da UNESCO, passou a ser uma questão periférica do sistema educativo e os seus promotores considerados como uns defensores mais ou menos lunáticos de metodologias ou ideias irrealizáveis.

Acreditamos que a experiência de uma 'escola para todos e para cada um', é a primeira e decisiva experiência de inclusão e de prevenção da exclusão. Uma escola que acolhe as diferenças, a colaboração, a convivência é um bom princípio para combater a exclusão social. Voltar a dividir a escola em termos de alunos 'normais' e alunos 'deficientes' não é certamente um princípio inclusivo e afasta-nos deste objectivo.

Aguardamos qual o compromisso para a inclusão social que o Ministério da Educação vai assumir no Plano Nacional para a Inclusão. Para nós, o caminho é aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso.

Vamos pois continuar a defender a EI. Para isso contamos com a constância programática da Presidência da República e com a acção do Governo que ao manter a EI na sua agenda nas palavras e acções possa honrar os compromissos que assinou e o trabalho que há dezenas de anos se faz neste país.